

**Ata da reunião ordinária da Câmara Municipal de Terras de Bouro,
realizada em 28 de fevereiro de 2019**

Aos vinte e oito dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezanove, no Edifício dos Paços do Concelho e na sala de sessões da Câmara Municipal, compareceram os seguintes elementos que constituem o Executivo Municipal para o quadriénio de dois mil e dezassete a dois mil e vinte e um: o Presidente da Câmara Municipal, Manuel João Sampaio Tibo e os vereadores, Adelino da Silva Cunha, Paulo Alexandre Vieira e Sousa, Ana Genoveva da Silva Araújo e Luís António de Sousa Teixeira. -----

O senhor Presidente da Câmara Municipal declarou aberta a reunião pelas dez horas. ----

Procedeu-se de imediato à leitura da ata da reunião anterior que, colocada a votação, foi aprovada por unanimidade. -----

No período “antes da ordem do dia” o senhor Presidente da Câmara Municipal deu conhecimento aos senhores vereadores das decisões tomadas ao abrigo da delegação de competências da Câmara Municipal. -----

Iniciando a sua intervenção, o senhor Presidente informou que, na passada segunda-feira, se deslocou a Lisboa para reunir com o senhor Secretário de Estado do Ambiente sobre as ETAR’s de Souto e do Vale do Cávado, bem como, sobre a possibilidade do município de candidatar a fundos comunitários, no âmbito do programa do ciclo da água, projeto ao qual não se pode candidatar em virtude do défice tarifário do respetivo setor. -----

De seguida informou que decorreram nos passados dias 10, 18 e 24 de fevereiro, sessões de esclarecimentos aos agricultores do concelho, em Carvalheira, na Sede do Concelho e em Rio Caldo, respetivamente, em parceria com a CONFAGRI, que contou com a presença da senhora Vereadora, Dra. Ana Genoveva Araújo, e que serviu para esclarecer os presentes sobre os apoios aos Jovens Agricultores, sobre os pagamentos diretos, o regime da pequena agricultura, as medidas agroambientais, entre outros assuntos. -----

Posteriormente informou que, em parceria com a Federação Nacional dos Baldios, decorreram, no passado dia 22 de fevereiro, duas ações de sensibilização e informação, na Sede do Concelho e em Rio Caldo, sobre a Defesa da Floresta contra Incêndios.-----

Informou também que o Terrabourense Frei Bento Domingues foi distinguido com o título de Doutor Honoris Causa pela Universidade do Minho, acrescentando que aquela distinção deve representar um motivo de orgulho para todos os Terrabourenses.-----

No próximo dia 1 de março, decorrerá, na Sede do Concelho, o tradicional Desfile de Carnaval, organizado pelo Agrupamento de Escolas de Terras de Bouro, informou.-----

Prosseguindo, informou que, o Gabinete Jurídico, coordenado pela Senhora Dra. Ana Genoveva Araújo iniciou a elaboração de um projeto de regulamento, emitindo, a Sra. Vereadora, o correspondente despacho de Início do Procedimento e Participação Procedimental, para regular a Concessão de Apoio à Melhoria das Condições de Habitabilidade – Habitação Condigna. -----

Por fim o senhor Presidente manifestou o pesar pelo falecimento do ilustre Terrabourense Frei Bernardo Domingues, no passado dia 22 de fevereiro, e, no passado dia 15, de Manuel Batista, ex-Presidente da Câmara Municipal da Póvoa de Lanhoso e “grande amigo” de Terras de Bouro. -----

De seguida o senhor presidente questionou se algum dos senhores vereadores desejava usar da palavra. -----

Usou da palavra o senhor vereador, Dr. Paulo Sousa, para solicitar esclarecimentos sobre o contrato de prestação de serviços de seguros celebrado com a Seguradoras Unidas S.A., formulando as seguintes questões:-----

“O contrato com a empresa SABSEG já terminou?” -----

“Trata-se de um novo contrato?” -----

“No concelho de Terras de Bouro não há agentes de seguradoras que possam trabalhar com a câmara municipal?” -----

Relativamente ao Concurso Público da Ecovia Gondoriz – Moimenta, adjudicado à empresa Predivalões, Lda., com sede em Vila Verde referiu o seguinte: -----

“Pelos vistos vamos ter que nos habituar à ideia de que as participações providas da União Europeia, que geraram grande expectativa no período eleitoral de 2017, vão ser substituídas por empréstimos bancários a suportar pelos Terra-bourenses. Quase 2 milhões de euros. Para já.” -----

“Temos ainda a surpresa de uma situação que se vai estender até ao nosso concelho relacionado com a adjudicação de obras a empresas detidas por autarcas da mesma cor partidária da CM de Vila Verde, que é a mesma de Terras de Bouro, que, a serem verdadeiros os documentos revelados pelo Semanário V, de Vila Verde, caracteriza bem a promiscuidade político-partidária e adensa o clima de suspeição existente na vida política.” -----

“Torna-se necessário voltar a repetir que os Terra-bourenses, vão passar a pagar o dobro pelo abastecimento de água, recolha de resíduos sólidos e saneamento, sem que exista qualquer acréscimo de qualidade; vão começar a pagar pelos serviços do gabinete de apoio ao agricultor; até a alteração toponímica, da iniciativa municipal, foi cobrada aos cidadãos de Rio Caldo; e aguardamos ainda a pela prometida taxa turística.”-----

“Os Terra-bourenses perguntam: porquê, para quê, e agora, para quem, é que vai o sacrifício nos nossos concidadãos.” -----

Sobre este assunto o Senhor Vereador solicitou que lhe fossem remetidos os extratos do GSE relativos aos dois procedimentos de concurso público. -----

Relativamente ao pedido de comparticipação financeira da Junta de Chamoim e Vilar, para a construção de um muro no Lugar da Lagoa, constante da ordem de trabalhos da presente reunião o senhor Vereador afirmou não se opor à comparticipação, mas revelou a necessidade de fazer dois reparos à respetiva proposta, um negativo e outro positivo: -

“O negativo: Tendo entrado a petição na CM em 14/2/2019, a solicitar € 7.767,10, como é que o valor foi tão assertivo com o auto de medição da autoria dos técnicos municipais,

realizado em data posterior. (se não querem ser criticados disponha-se as situações na ordem correta – a ideia que transparece é que o auto de medição foi realizado à medida da petição, quando deveria ser o contrário); -----

O positivo: o facto de ser acompanhado por um auto de medição realizado por técnicos municipais, ainda que não venha assinado por ninguém, já é por si só uma grande evolução. Só é pena que estes documentos não acompanhem todos os pedidos do mesmo género e venham acompanhados de mapas de localização. -----

Por fim, o senhor Vereador associou-se ao voto de pesar pelo falecimento do Frei Bernardo Domingues, afirmando tratar-se de uma perda para o concelho. -----

Retomando a palavra o senhor Presidente para informar que efetivamente o contrato com a SABSEG terminou no passado dia 31/01/2019, para a maioria das apólices de seguro, sendo que foi efetuada uma consulta prévia, com envio de convite a 3 seguradoras, para a contratação dos seguros até 30/04/2019, uma vez que as apólices não terminavam todas na mesma data. O objetivo passa por fazer coincidir a data de vencimento de toda a carteira de seguros, estando a elaborar-se as peças do procedimento de concurso público para o efeito. Relativamente ao facto de existirem ou não agentes de seguros que possam trabalhar com o município o senhor Presidente informou que a contratação de seguros é efetuada com seguradoras que posteriormente definirão os respetivos mediadores, situação que ultrapassa as competências da câmara municipal. -----

Solicitou a palavra a Sra. Vereadora, Dra. Ana Genoveva Araújo para esclarecer que não participa em qualquer assunto ou reunião relacionada com a contratação de seguros e assuntos conexos, nomeadamente, com a SABSEG. -----

Usando novamente da palavra e relativamente ao concurso público da empreitada da Ecovia de Moimenta o senhor Presidente informou que se tratou efetivamente de um concurso público para o qual foi definido um preço base e ao qual poderia concorrer qualquer empresa. Concorreu a empresa Predivalões que cumpriu com os parâmetros do concurso público, sendo-lhe, com base no relatório do júri, adjudicada a empreitada. Posto isto, o senhor Presidente afirmou que não admite ao senhor vereador as insinuações que fez na respetiva intervenção que colocam em causa a sua idoneidade. “*Tratou-se de um concurso público, publicado no Diário da República e na Plataforma Eletrónica de Contratação Pública em uso na Câmara Municipal e esteve disponível para todos os interessados, portanto não admito que o senhor me acuse de não ser sério ou insinue nesse sentido!*”, disse. -----

Relativamente à demagogia que o senhor vereador pretende fazer com a mistura dos assuntos da água, do apoio ao agricultor com a empreitada, não se esqueça que o senhor disse aqui, numa reunião que concordava com o aumento da água, mas que votava contra, afirmou o senhor Presidente. -----

O senhor Vereador retorquiu dizendo que, relativamente ao aumento da água, disse, na altura, que era ilegal e que concordava com o aumento gradual do tarifário. -----

Retomou a palavra o senhor Presidente para afirmar que se, nos últimos 12 ou 8 anos, o aumento tivesse sido feito gradualmente hoje não estaríamos nesta situação. “*Vocês sabem perfeitamente disso!*” -----

“Em relação às taxas aplicadas ao Gabinete de Apoio ao Agricultor, pura demagogia, mais uma vez. Simplesmente só estamos a cumprir aquilo a que a lei nos obriga. Na proposta é referida a lei aplicável, nomeadamente o Regime Financeira das Autarquias Locais, e é um facto que os preços definidos são inferiores aos praticados em Vila Verde, Amares e Vieira do Minho. O senhor sabe perfeitamente disso! O senhor questiona qual o caminho para que vamos percorrer. Nós estamos a tentar gerir a Câmara Municipal, sem o objetivo de dar lucro, mas não pode ser tudo gratuito. É pura demagogia dizer que as pessoas estejam a pagar tudo e mais alguma coisa. Eu até esperava que existisse da parte do senhor vereador uma proposta política totalmente diferente, mas nada, o senhor não apresenta coisa nenhuma.” Disse. -----

Em relação à proposta de apoio à Freguesia de Chamoim e Vilar o senhor Presidente informou que em todos os processos de apoio às freguesias, um ou mais funcionários da DOMAS deslocam-se ao local das obras e fazem autos de medição e ou informações que são posteriormente apensos aos processos respetivos. Nesta situação específica, o senhor Presidente disse acreditar que existem dois pedidos daquela Junta de Freguesia: um a expor o problema do caminho e um segundo que consta da ordem de trabalhos. -----

De seguida o senhor Presidente formulou a seguinte questão direcionada ao senhor Vereador, Dr. Paulo Sousa: *“Constam da ordem de trabalhos dois pedidos no âmbito da Habitação Condigna e no início do nosso mandato, foram presentes a este órgão uma série de pedidos com proposta de indeferimento, com o objetivo de dar uma resposta às pessoas. Foi o senhor que fez queixa ao Ministério Público daquela situação?”* -----

O senhor vereador respondeu afirmativamente. De seguida disse: *“Se eu tiver dúvida quanto à idoneidade do Presidente da Câmara, eu queixo-me dele! Eu disse na altura que isto não poderia ficar assim. Comuniquei ao Ministério Público porque existe a figura do abuso de funções! Se é para indeferir os processos, é para indeferir. E não se deve esperar pelo fim do ato eleitoral para o fazer.”* -----

Retomando a palavra o senhor Presidente informou que, desde que assumiu funções os processos seguem a respetiva tramitação, quer seja para deferir, quer seja para indeferir, *“como aliás já se verificou.”* -----

Tomou a palavra o senhor Dr. Adelino Cunha para afirmar que, em campanha eleitoral, toda a gente faz promessas. -----

Usou da palavra a senhora Vereadora, Dra. Ana Genoveva Araújo para referir que desconhecia por completo este assunto e que, na sua presença, o senhor Dr. Paulo Sousa nunca fez promessas. -----

De seguida, o senhor Presidente questionou se mais alguém desejava usar da palavra, o que não se verificou. -----

Sendo treze horas e nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente da Câmara Municipal deu por encerrada a reunião da qual se lavrou a presente ata que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada nos termos da lei. -----